PORTARIA Nº 5.983/PR/2023**Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012, e o art. 5º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o resultado da seleção pública para formação de cadastro de reserva de juízes leigos no Sistema dos Juizados Especiais da Capital e do Interior, regida pelo Edital nº 1/2019, publicado no Diário do Judiciário Eletrônico de 24 de março de 2020 e homologado em 25 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no item 16.2 do Edital de seleção pública para juízes leigos nº 1/2019;

CONSIDERANDO o que constou no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0897109-75.2022.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a juíza leiga Bruna Gómez Lourenço para atuar junto ao 3º Juiz de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial Cível da Comarca de Belo Horizonte.

Art. 2º A juíza leiga designada nos termos do art. 1º desta Portaria deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste ato normativo, apresentar-se à respectiva unidade jurisdicional e subscrever o termo de compromisso previsto no art. 82 da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.103, de 16 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2023.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

ERRATA

RESOLUÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL Nº 1.017, de 16 de dezembro de 2022, que "Altera as Resoluções da Corte Superior nº 522, de 8 de janeiro de 2007, que 'Revoga as Resoluções nº 424/2003 e nº 425/2003 e dispõe sobre a Superintendência Administrativa', e nº 533, de 16 de março de 2007, que 'dispõe sobre a lotação dos cargos de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça'; e as Resoluções do Órgão Especial nº 915, de 20 de fevereiro de 2020, que 'Dispõe sobre a Superintendência Judiciária', e nº 969, de 12 de julho de 2021, que 'Dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência e dá outras providências', e dá outras providências".

Na publicação da matéria referida em epígrafe, constante do DJe nº 232, do dia 19 de dezembro de 2022, na pág. 24, na redação dada ao art. 39, **onde se lê:**

"Art. 39 [...]

'Art. 2º [...]

III - [...]

e) Gerência de Núcleos de Triagem Prévia e Apoio à Gestão de Gabinetes e de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - GEAP;

1. [...]

2. Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC;"; **leia-se:**

"Art. 39 [...]

'Art. 2º [...]

III - [...]

e) Gerência de Núcleos de Triagem Prévia e Apoio à Gestão de Gabinetes e de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - GEAP;

1. [...]

2. Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPNAC;".

ERRATA

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA Nº 5.980, de 19 de janeiro de 2023, que "Designa Desembargador Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para demandas de Direito Tributário da Justiça de Primeiro e Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - CEJUSC Tributário."

Na publicação da matéria referida em epígrafe, constante do DJe nº 14, do dia 19 de janeiro de 2023, na pág. 3, na redação dada ao quarto "CONSIDERANDO", **onde se lê:**